

A BATALHA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO DE GREVE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO EM 2013 NAS PÁGINAS DO JORNAL O GLOBO

Handerson Fábio Fernandes Macedo
Mestrando em Educação da UERJ-FFP
handersonfabio@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise de como o jornal O Globo noticiou e apresentou ao público o movimento de greve dos profissionais da educação da rede municipal e estadual do Rio de Janeiro no ano de 2013. O jornal foi escolhido por ser um dos periódicos de maior circulação no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro. A partir de matérias e editoriais demonstra qual foi a abordagem que tal periódico deu ao tema. A análise parte não só da interpretação dos textos publicados no jornal, como do destaque feito a determinadas matérias e o local em que foram colocadas no periódico. Conclui-se que, em geral, a representação do movimento grevista nas páginas do jornal O Globo foi negativa, muitas vezes sendo colocado como causador de transtornos e problemas para os cidadãos, prejudicar os alunos com a interrupção das aulas, além de atrelar o movimento a questões político-partidárias e acusá-lo de corporativismo.

Palavras-chave: Greve; Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação; O Globo.

Introdução

A rede municipal do Rio de Janeiro e a estadual do RJ entraram em greve em agosto de 2013 liderada pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE). A greve na rede municipal chegou a ser interrompida, porém descontentes com o plano de carreira proposto pela prefeitura, decidiram retornar à greve. Na pauta de reivindicações estavam melhores condições de trabalho, 1/3 da carga horária para planejamento, reajuste salarial, o fim da meritocracia, além de questões de ordem pedagógica.

Este trabalho tem como objetivo analisar como esta luta dos profissionais da educação foi noticiada pelo jornal O Globo. Identificar qual foi o posicionamento do jornal em relação ao sindicato dos professores e como tratou suas reivindicações ao longo de quase três meses de greve e muitas manifestações nas ruas.

O trabalho se dará a partir da análise de conteúdo de matérias publicadas pelo jornal O Globo que se refiram à greve dos profissionais da educação em 2013. Além das matérias, se trabalhará também com outros tipos de artigos publicados, como editoriais, pois, desta forma,

entende-se que será possível lidar diretamente com o pensamento de quem “montava”, de quem imprimia e norteava a posição do jornal quanto à luta dos profissionais da educação.

O jornal O Globo foi escolhido como fonte da pesquisa por ser um dos jornais de maior circulação no país, além de suas dimensões políticas e sociológicas. As fontes encontram-se na Biblioteca Nacional no setor de periódicos. A pesquisa foi realizada nos jornais do dia 08/08/2013, data em que se inicia a greve, até o dia 31/10/13, alguns dias após o término da greve.

A greve das duas redes se dá em um momento de forte ataque neoliberal à escola pública, onde políticas meritocráticas surgem com um discurso público de investimentos no setor e na carreira docente, mas que, porém, escondem uma maior exploração dos profissionais da educação, degradação das condições de trabalho e controle de suas atuações pedagógicas.

A luta dos professores nas ruas

Embora a greve tenha se iniciado no dia 08/08/2013, o jornal demorou uma semana para noticiar tal questão, somente no dia 15/08 o jornal veio informar sobre a greve nas redes municipal e estadual do RJ. Entretanto, o espaço ocupado na capa para tal questão foi mínimo, um pequeno quadrado com letras menores ainda. O título foi bem sugestivo, “um protesto à moda antiga”. Na matéria, o jornal faz questão de destacar que foi um protesto ordeiro e pacífico. A capa indica “No Rio, passeata de professores municipais grevistas reuniu cerca de 7 mil na Zona Sul e não teve mascarados ou incidentes.” (O GLOBO, 15/08/2013)

É importante ressaltar tal questão, pois grandes manifestações vinham ocorrendo no país inteiro desde o mês de junho, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, manifestações estas que muitas vezes terminavam em fortes cenas de confronto entre manifestantes e a polícia militar, além das quebradeiras que se seguiam ao início da violenta repressão ao movimento pela polícia. As manifestações inicialmente vinham ocorrendo por conta do aumento do preço das passagens, mas que acabaram ganhando outros contornos, como reivindicações por mais investimentos na saúde, educação e contra os gastos com a Copa das Confederações, Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016.

Ao afirmar que a manifestação dos professores tratava-se de um protesto “à moda antiga”, o jornal tenta ditar e estabelecer como as manifestações e protestos devem acontecer, numa clara tentativa de querer deslegitimar um novo personagem que surgiu nos protestos que

se iniciaram em junho, e que era acusado de ser o responsável por iniciar as cenas de violência e de destruição de patrimônios públicos e privados, os chamados Black Blocs.

Nas primeiras matérias publicadas em suas folhas pelo periódico, estas faziam questão de destacar que os professores realizavam manifestações ordeiras e pacíficas, inclusive com algumas matérias repetindo tal questão duas ou mais vezes no mesmo texto.¹

Entretanto, tal posicionamento foi mudando ao decorrer da greve, com a imagem dos profissionais da educação sendo relacionada à dos Black Blocs e as supostas desordens provocadas por estes. No dia 05/09 lê-se no jornal em matéria de praticamente uma página inteira “Contra o vandalismo – Revés para os Black Blocs” e, ocupando uma pequena parte da página, “PM retira professores do prédio do estado”, como se processo de ocupação de um prédio do estado estivesse sendo relacionado com um ato de vandalismo praticado pelos professores.

A partir de tal momento, as manifestações dos professores são cada vez mais associadas pelo jornal a problemas que trazem para a cidade do Rio de Janeiro, como se pode ler numa das capas publicadas pelo periódico, “Protesto sem educação no trânsito” e na parte interna do jornal “Tudo parado – Uma lição de desordem”².

Os conflitos que surgem entre a PM e os profissionais em greve passam a configurar uma série de reportagens chamadas de “Queda de braço na Educação”, em cujas quais, apesar de constarem com entrevistas de representantes do SEPE, o que se percebe é uma visão negativa e condenatória das ações do sindicato, grevistas e manifestantes.

As matérias, de uma forma geral, não só contabilizam os estragos causados pelos conflitos entre manifestantes e a polícia militar, como trazem os transtornos e prejuízos ocasionados para a população como um todo e que, no posicionamento do jornal, nada teria a ver com as reivindicações dos professores.

A crítica ao sindicato piora quando este reconhece oficialmente o apoio aos Black Blocs nas manifestações, em grupo de matérias chamadas “Lição de Mestre” e “Batalhas nas ruas”, que envolvem desde entrevistas a professores, a matérias sobre a divulgação pelo grupo Anonymous de um manual de enfrentamento em protestos.

¹ - O Globo, 15/08/13, 17/08/13 e 19/08/13.

² - idem, 21/09/2013.

Apesar da repercussão negativa do apoio aos Black Blocs, as cenas de violência fazem como que mais pessoas manifestem seus apoios aos profissionais da educação, fazendo o movimento crescer e ganhar força.

Corporativismo, meritocracia e luta político-partidária: o jornal e a defesa do reformismo empresarial na educação

Em seu primeiro editorial abordando a questão da greve dos profissionais da educação, intitulado “Além do Corporativismo”³, o jornal faz uma defesa clara e direta do projeto meritocrático que está sendo desenvolvido nas duas redes em greve. Destaca do texto a seguinte frase “Estabelecer metas é uma forma de comprometer o professor com a melhoria do ensino”.

A frase deixa a entender que se o professor é contra o sistema de metas implantado nas redes é porque não se compromete com a educação pública e quer ganhar sem trabalhar ou trabalhando pouco. Tal questão, a falta de comprometimento no trabalho do funcionalismo público, já permeia o imaginário social de tanto que costuma ser abordada nos meios de comunicação. Embora se cobre mais empenho, pouco se fala das condições de trabalho dos profissionais.

O editorial começa

Professores públicos do Rio de Janeiro voltaram a paralisar as atividades em sala de aula durante boa parte do mês passado, numa greve pautada, mais uma vez, por reivindicações salariais – ainda que outras questões, não econômicas, mas adjacentes à Educação, tenham, como sempre, encorpado a pauta de “lutas” da categoria. Mobilizar-se por melhoria de vencimentos está entre os direitos assegurados a todos os trabalhadores. Mas a constância com que o magistério recorre a greves para pressionar o poder público a abrir o cofre leva à inescapável conclusão de que algo está fora de ordem em movimentos em que, pontualmente, tomam os alunos como reféns das paralisações, restringindo-lhes o direito – a eles assegurado como aos mestres o de brigar por remunerações mais altas – à educação (O GLOBO, 02/09/13, p.14).

O que o jornal convenientemente parece esquecer nesse primeiro parágrafo do editorial é que, embora os profissionais da educação da rede estadual costumem entrar em greve de tempos em tempos – justamente porque os problemas enfrentados na rede nunca são resolvidos –, a rede municipal do Rio de Janeiro não entrava em greve há aproximadamente dezenove anos. Aborda as duas redes como se fossem apenas uma. O periódico ainda faz

³ - ibidem, 02/09/13

questão de frisar a demanda salarial, colocando as outras reivindicações como questões adjacentes ou menores, utilizadas apenas para encorpar, engrossar, as reivindicações, tanto que coloca a palavra lutas entre aspas, numa clara tentativa de dizer que os profissionais da educação e o SEPE não estão efetivamente preocupados com as outras reivindicações do movimento.

Entretanto, tal empresa jornalística esquece, em seu editorial, que dias antes publicou matérias⁴ que informavam que a greve continuava justamente porque os profissionais da educação, em assembleias promovidas pelo sindicato, consideravam que não havia ocorrido qualquer avanço nas pautas pedagógicas por eles reivindicadas.

O editorial segue

Os problemas do ensino público são mais abrangentes. Superá-los implica esforços e sacrifícios de duas das três pontas diretamente envolvidas na questão, professores e governo. Nisso, o magistério tem de avançar além da pauta econômica.

Não tem sido assim. Uma vez resolvidas as pendências econômicas, esquecem-se as questões adjacentes. Pior: quando confrontados com iniciativas públicas ligadas à formação profissional, pré-condição para a melhoria do ensino, as reações das entidades representativas do magistério costumam ser desanimadoras. O caso mais evidente de uma rejeição que vai ao boicote relaciona-se com a meritocracia. Apesar de beneficiar professores (por lhes estimular o empenho na própria formação e na produtividade) e alunos (por decorrência do maior comprometimento dos mestres com o ensino), esse instituto é objeto de críticas oriundas de conhecidos bolsões corporativistas. [...]

Questões como essas fazem parte de uma discussão sobre o ensino público que deve ser mais abrangente. Lutar, na prática, por melhorias salariais epidérmicas empobrece a agenda do magistério, cujo compromisso com a Educação precisa avançar além do horizonte raso dos interesses corporativos (O GLOBO, 02/09/13, p.14).

Superar os problemas da educação básica pública exige mais esforço e sacrifício dos professores? A história da educação básica pública no Brasil pode-se dizer que se resume a muito esforço e sacrifício por parte dos professores e outros profissionais da educação. Com seus salários sendo deteriorados ao longo do ano e enfrentando péssimas condições de trabalho, fica difícil imaginar que os professores tenham que se esforçar mais e fazer maiores sacrifícios para que a educação pública possa melhorar.

Como ressalta Cunha (1991),

[...] cumpre citar a deterioração das condições de trabalho e de vida dos professores do ensino de 1º e de 2º graus. Se esta deterioração não foi

⁴ - ibidem, 21/08/13.

iniciada durante os governos militares, foi fortemente acelerada pelas políticas econômicas por eles implementadas. A deterioração dos salários docentes foi um motor poderoso desse processo; além da objetiva redução da remuneração, a auto-imagem desvalorizada do professor concorreu como elemento adicional na deterioração do ensino público (p.59).

Como avançar na qualidade da educação pública se os profissionais da área vivem situações cada vez mais degradantes dentro das escolas, onde os governos – tanto municipal quanto estadual – negam-se a cumprir uma lei federal que estipula que no mínimo de 1/3 da carga horária de trabalho seja voltada para o planejamento das aulas? Com professores que precisam trabalhar em diversas escolas e em vários turnos para poderem conseguir um salário razoável? Exigir maior esforço ou sacrifício de tais profissionais no mínimo demonstra falta de conhecimento da realidade enfrentada por eles, isso para não dizer que trata-se de uma tentativa de influenciar a opinião pública ao dizer que os professores não estão dispostos a esforços e sacrifícios.

Entretanto, está claro que o jornal defende e afirma que os profissionais da educação só pensam em sua própria categoria, o título do editorial deixa bem claro quando afirma que estes devem ir além das questões corporativas.

Cunha (1991) indica que

As entidades de caráter sindical têm, obviamente, o propósito de lutar pela defesa dos interesses de uma categoria profissional que foram contrariados, ou, então, pelas reivindicações da melhoria das condições de trabalho, das vantagens previdenciárias, etc (p.73).

Óbvio que, como sindicato representativo da categoria, o SEPE preocupa-se com questões que muitas vezes dizem respeito apenas à própria classe, porém como acusar o movimento dos professores de ter sido corporativista naquele momento se por três ocasiões, apesar dos registros em atas das reuniões entre o sindicato e a prefeitura, os profissionais recusaram-se, como dito antes, a terminar com a greve justamente por considerarem que não havia avanço algum na pauta pedagógica?

Além de apoiar o projeto meritocrático, o jornal ignora o debate pedagógico que existe em torno da questão, afirmando apenas que trata-se de uma ótima iniciativa pública para resolver questões salariais. Entretanto, cabe ressaltar que esse editorial dividiu página com um artigo do SEPE explicando o motivo pelo qual é contra tal instituto.

Mesmo assim, numa página onde se lê em letras bem grandes que o tema discutido será a “Meritocracia no sistema público de ensino”, a posição adotada pelo O Globo foi de pouco falar sobre a meritocracia e mais de atacar o movimento grevista e sindical.

Para confirmar sua posição e atacar ainda mais o SEPE, três semanas depois, em outro editorial, o jornal afirma em destaque “Não há dúvida de que, sem a valorização do magistério, não se avançará na Educação. Mas também é crucial modernizar o ensino, premiando-se o mérito” (O GLOBO, 28/09/13, p.18). No mesmo editorial, lê-se

[...] existem indícios de que por trás do movimento há uma oposição radical à modernização do modelo pedagógico da escola pública no estado e município, tudo potencializado por interesses político-partidários mobilizados pelo calendário eleitoral.

[...] Existe subjacente, ainda, um temor visceral à meritocracia, como se fosse possível para o país avançar na guerra do aprimoramento do ensino público sem que os melhores sejam premiados – este, inclusive, um fator de atração de bons alunos para o professorado.

Se o jornal O Globo considera a meritocracia como modernização e aprimoramento do ensino público, é porque, por sua lógica, o que se opõe a tal questão é retrógrado ou atrasado. Além disto, numa clara tentativa de deslegitimar o movimento grevista, atrela os interesses desse aos interesses político-partidários que teria como objetivo apenas as eleições de 2014, nada mais.

O projeto meritocrático acaba por levar a um estreitamento dos currículos escolares e a degradação das relações de trabalho nas escolas, pois na prática ocorre que alguns professores se preocupam tanto com o cumprimento das metas estabelecidas que apenas ensinam em suas aulas, ou pelo menos dão maior foco, ao que é cobrado pelas secretarias e trabalham mais do que lhes é pago, na expectativa de assim conseguirem os bônus salariais.

De acordo com Silva (2012)

Observamos que com o sistema de bonificação os professores são pressionados permanentemente a melhorar sua performance e conseqüentemente da sua escola, resultando numa tensão entre as responsabilidades e o aumento do ritmo de trabalho. De um lado, o valor do trabalho parece estar sendo atacado, onde trabalhar mais para ganhar mais é o discurso da mídia que acusa os trabalhadores no setor público de privilegiados e indolentes. (p.5)

Ou seja, o jornal simplesmente ignora o que especialistas da área educacional afirmam sobre a questão da meritocracia para apoiar as concepções educacionais dos chamados reformadores empresariais.

A acusação de interesses de determinados grupos políticos dentro do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação passa a ser pautar o discurso do jornal a partir do

editorial do dia 28/10 (citado anteriormente)⁵, como se a participação no sindicato de pessoas ligadas a partidos políticos anulasse totalmente a pauta de reivindicações, tornando-as injustas.

Com chamada na capa do jornal para um artigo de Priscila Cruz (2013), diretora executiva do movimento Todos Pela Educação, ligado ao meio empresarial, em que deveria abordar o direito à greve e o direito à educação, a autora diversas vezes afirma que a greve que estava ocorrendo no Rio de Janeiro era fruto da ação de pequenos grupos com interesses político ideológicos, que não teria relação alguma com o interesse coletivo dos professores em sua maioria, muito menos com o dos alunos e da sociedade como um todo.

Priscila Cruz em momento algum toca na questão das reivindicações dos professores, sua única fala é apontar como o direito à greve encontra-se abaixo do direito à educação e como as greves podem ser usadas por grupos políticos.

Leher (2013), em crítica ao artigo de Priscila Cruz, afirma

Todos juntos, governos, *lobby* empresarial, corporações da mídia, desqualificam a greve por ser motivada por interesses de pequenos grupos e de partidos de esquerda radicais. A despeito do fato objetivo de que os governos Cabral e Paes não abriram negociações sérias e objetivas, prolongando a greve, o discurso da referida coalizão promove uma inversão no nexo causal: se a greve se prolonga é porque assim quer o sindicato, motivado por interesses escusos de pequenos grupos. A monumental assembleia de continuidade da greve, realizada no dia 4 de outubro, reunindo mais de cinco mil corajosos profissionais da educação, evidentemente é uma vigorosa refutação do bolorento argumento da direita repetido, *ad nauseam*, no período da ditadura e que *O Globo*, após enriquecer com o apoio ativo ao golpe, agora diz se arrepender.

Na capa do dia 02/10/13, o jornal destaca que o PSOL e o PSTU encontram-se à frente da paralisação dos profissionais da educação, sendo liderada por filiados, ex-candidatos e militantes de tais partidos. No dia 03/10/13, em matéria que trata do registro sindical da entidade, afirma não só que o sindicato serve de trampolim político para militantes, como afirma que historicamente os professores são uma massa de manobra política.

De acordo com Melucci (2001),

Quando se fala de um movimento social, refere-se, geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças. Assim, tende-se muitas vezes a representar os movimentos como personagens, com uma

⁵ - A Dimensão das greves de professores. O Globo, p.18. 28/10/13.

estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui (p.29).

Ou seja, o autor esclarece que os movimentos sociais não são uma massa homogênea e coesa, sendo formado por diversos grupos, onde se é necessário gerir os conflitos internos. O SEPE, como uma entidade representativa dos profissionais da educação é reflexo disso, existem em seu interior diversos grupos e pessoas que podem ser ligadas a partidos ou não. Entretanto, como uma entidade representativa, o SEPE defende os interesses da categoria, sendo inclusive em seu estatuto declarado como independente em relação a partidos políticos.

Em outro editorial, com o título “Educação não combina com black bloc e antimeritocracia”⁶, o jornal destaca mais uma vez seu repúdio à ação dos Black Blocs e afirma que ser contra a meritocracia é desacreditar do processo de acúmulo do conhecimento e que, portanto, seria contraditório com a própria razão de ser do magistério.

Considerações Finais

Apesar do longo período de greve, muitas vezes o jornal O Globo passou dias sem publicar qualquer notícia sobre a greve. Além disto, embora fosse uma greve que envolvesse a rede municipal do Rio de Janeiro e a rede estadual do Rio de Janeiro, esta última poucas vezes foi mencionada pelo periódico, sendo relegada a segundo plano. Provavelmente tal questão possui relação com o fato da adesão dos profissionais da educação à greve ter sido muito maior na rede municipal.

Durante o período analisado, surgiram algumas matérias que abordavam os transtornos que a greve trazia aos alunos e aos pais destes, não só pela perda de aulas, mas também como na questão da alimentação, afirmando que os últimos estavam com dificuldades de arcar com as despesas dos filhos ou sem saber com quem deixá-los para poderem trabalhar. A rede estadual foi mais citada quando as matérias abordavam a preocupação dos pais e alunos com o Exame Nacional do Ensino Médio.

Entretanto, tais matérias não foram uma constante nas páginas do jornal, aparecendo pouquíssimas vezes. Outras matérias relacionadas à educação também foram publicadas no jornal no período, porém não abordavam a greve dos profissionais da educação do Rio de Janeiro e/ou o SEPE. Por último, algumas comparavam o salário do professor do Rio de

⁶ - 11/10/2013, p.18.

Janeiro com o de São Paulo, afirmando que o primeiro, com o novo plano, receberia bem mais que o último.

O período que mais reuniu matérias sobre o tema foi o de processo de desocupação da câmara municipal de vereadores do Rio de Janeiro e as manifestações que se seguiram a estas, principalmente as dos dias 7/10 e 15/10.

Pouca atenção foi dada pelo jornal às reivindicações dos profissionais da educação, não gastavam muitas linhas para explicar o que estavam pedindo, muitas vezes resumindo apenas a expressões como “o fim da meritocracia”.

Embora a greve tenha trazido poucos ganhos práticos para a categoria, não é possível afirmar qual é seu real resultado, pois eclodiram pelo país diversos movimentos e manifestações de apoio aos profissionais do Rio de Janeiro em virtude das cenas de violência contra professores e demais profissionais da educação que tiveram repercussão internacional. Algumas das manifestações chegaram a reunir mais de 100 mil pessoas de acordo com dados do SEPE.

Apesar das manifestações de junho/julho terem chegado a números de pessoas muito maiores, não se tratava de uma greve de alguma categoria profissional. Então, o número de manifestantes alcançados e a repercussão da greve das duas redes demonstram o tamanho do apoio a um movimento específico que buscava não só melhorias salariais, mas como melhores condições de trabalho e de desenvolvimento pedagógico.

Referências bibliográficas

CRUZ, Priscila. Prejuízo Silencioso. O Globo, 01/10/13.

DA CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. Cortez Editora, 1991.

LEHER, Roberto. **Movimento Todos Pela Educação, Organizações Globo, Cabral, Paes e Costin**: ‘amansar’ os professores com cassetetes para avançar contra a escola pública.

Disponível

em:

http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8928:submanchete081013&catid=72:imagens-rolantes>. Acesso em: 10/02/2014

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Vozes, 2001.

SILVA, Amanda Moreira. Precarização do trabalho docente e meritocracia na educação: o olhar empresarial dos governos e a resistência do professorado da rede pública do estado do Rio de Janeiro. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder, 2012, Uberlândia. **Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder**, 2012.

Fontes

O GLOBO. 08/10/13 a 31/10/2013